



PROJETO DE LEI N.º 010/2021.



**EMENTA:** Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUPI-PE, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere e de conformidade com o que determina a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, faz saber que esta Câmara **Aprovou** o seguinte **Projeto de Lei**, de autoria do vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza:

## CAPÍTULO I

### DO PROGRAMA MUNICIPAL DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

**Art. 1º** - Esta Lei institui o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF, bem como dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi.

**Parágrafo Único** - O PMAAF tem a finalidade de garantir a aquisição direta de produtos agropecuários, extrativistas, produtos lácteos e resultantes da atividade pesqueira, in natura e beneficiados produzidos por agricultores familiares, pescadores artesanais, criadores de rebanhos e pelos beneficiários da reforma agrária, que se enquadrem nas disposições na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

**Art. 2º** - Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - Agricultura familiar: aquela definida na Lei Federal nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais - PRONAF;

II - Fornecedores: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas, agricultores familiares urbanos e pescadores artesanais que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar PRONAF - DAP Pessoa Física e/ou CAF Cadastro Nacional da Agricultura Familiar;



**III – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF:** Instituído pelo Decreto nº9.064 de 31 de maio de 2017, que regulamenta a Lei da Agricultura Familiar, define, de forma objetiva, o Público Beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar e qualifica os empreendimentos familiares rurais;

**IV - Produtos orgânicos:** Aqueles oriundos de sistema de produção definido nos termos do art. 1º da Lei Federal nº. 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

**V -Produtos agroecológicos:** Aqueles definidos nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto Federal nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO;

**VI - Produtos manufaturados:** Aqueles fabricados a partir de alimentos in natura, que passaram por processo de manipulação, beneficiamento, transformação ou industrialização;

**VII -Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP:** Documento de aptidão às políticas públicas federais direcionadas à agricultura familiar, que identifica o beneficiário da referida Política;

**VIII - Chamada Pública:** Procedimento administrativo voltado à seleção da melhor proposta para aquisição de produtos de beneficiários fornecedores;

**IX – Comissão de Credenciamento:** Comissão composta de servidores públicos designados pela Administração, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à Chamada Pública;

**X -Formulário de proposta de venda:** Documento anexo ao edital de Chamada Pública, a ser preenchido pelo agricultor familiar, empreendedor familiar rural, com as informações de identificação, a relação de produtos a serem fornecidos e suas respectivas quantidades, bem como o cronograma de entrega.

**Art. 3º - O Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF, citados no caput, o Município se guiará pelas seguintes diretrizes:**

**I - Viabilização do suporte técnico e financeiro necessário;**

**II - Desenvolvimento de atividades de formação profissional, especialmente nas áreas da produção, da administração, da cooperação e da comercialização;**

**III - Estímulo à inserção dos beneficiários na economia municipal, em especial com mecanismos que estimulem a comercialização dos produtos oriundos da Agricultura Familiar;**

**IV - Estímulo à utilização de selo de identificação de origem e qualidade dos produtos oriundos da Agricultura Familiar, em observância a legislação vigente;**





V - Articular-se com núcleos de extensão e pesquisa em Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito das universidades e institutos federais de ensino que atuam no Estado de Pernambuco, para apoio ao desenvolvimento de atividades acadêmicas inerentes ao programa;

VI – Estabelecimento de cardápios adaptados às potencialidades regionais, bem como às safras agrícolas, junto aos órgãos da Administração Pública Municipal que executam serviços de alimentação.

## CAPÍTULO II

### DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

**Art. 4º** - As aquisições de alimentos da agricultura familiar serão realizadas mediante articulação das ações referentes ao planejamento e à gestão de compras, visando propiciar maior agilidade e transparência no processo de aquisição dos gêneros alimentícios.

**§ 1º** - Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal informarão ao Órgão Gestor do Sistema de Compras a previsão de aquisição de gêneros alimentícios ofertados pelos beneficiários fornecedores.

**§ 2º** - Podem participar do processo de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, todos os fornecedores residentes e domiciliados no Município de Jupi citados no inciso II do Artigo 2º e que se enquadrem nas disposições na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

**§ 3º** - A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores será feita por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, ou por outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação.

**§ 4º** - A Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente ou entidade a essa vinculada, instituirá e coordenará o Cadastro Municipal de Fornecedores da Agricultura Familiar.

**Art. 5º** - As Aquisições de Alimentos através do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF serão executadas nas seguintes modalidades:

I – Compra Institucional Indireta;

II - Compra Direta com Doação Simultânea.





**Art. 6º** - A aquisição de gêneros alimentícios realizada pelo Município, dar-se-á por meio de chamadas públicas ou mediante dispensa de procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente.

**Parágrafo Único** - Nas aquisições com dispensa do procedimento licitatório será realizado processo que garanta impessoalidade na escolha do fornecedor, adotando-se, preferencialmente, chamamento público.

**Art. 7º** - A Compra Institucional Indireta é a modalidade de aquisição de gêneros alimentícios destinada à alimentação preparada, na qual o Município contrata fornecedores que incorporará alimentos ao cardápio de hospitais, fórum, delegacias, UBS's, Secretarias Municipais, equipamento municipal de alimentação e nutrição e demais órgãos do Governo Municipal.

**Parágrafo Único** - Caberá a Secretaria Municipal de Administração determinar os quantitativos de alimentos que cada setor deverá receber conforme sua necessidade.

**Art. 8º** - A modalidade do PMAAF/Compra Institucional indireta será viabilizada a partir de recursos financeiros do Governo Municipal destinados à aquisição de gêneros alimentícios.

**Art. 9º** - A Compra Direta com Doação Simultânea consiste na aquisição de gêneros alimentícios, destinado as famílias em situação de vulnerabilidade social, associações rurais e urbanas.

**Parágrafo Único** - Caberá a Secretaria de Assistência Social a seleção e priorização das famílias vulneráveis, bem como das entidades socioassistenciais e associações rurais que receberão os produtos oriundos do PMAAF por meio da Compra Direta com Doação Simultânea.

**Art. 10** - A modalidade de PMAAF/Compra Direta com Entrega Simultânea será viabilizada com recursos oriundos do Tesouro Municipal - Previsão no Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos - Órgão: 02 - Poder Executivo.

**Parágrafo Único** - Admite-se também como fonte financiadora desta modalidade de compra de alimentos, recursos provenientes de acordos de cooperação, termo de parceria e demais instrumentos de regulamentação de acordos financeiros.

**Art. 11** - Do total de recursos financeiros repassados pelo Poder Executivo Municipal para a realização de compras institucionais de gêneros alimentícios, será reservado percentual mínimo de 30% (trinta por cento), a ser destinado à aquisição de alimentos produzidos por agricultores e agricultoras familiares, pescadores artesanais e pelos beneficiários e beneficiárias da reforma agrária.







**§ 1º** - O processo de aquisição dos gêneros alimentícios dos fornecedores indicados no caput será objeto de chamada pública paralela, de forma a proporcionar participação isonômica dos produtores na Compra, priorizando a produção realizada por mulheres.

**§ 2º** - Para contratação de serviços de fornecimento de alimentação, deverá constar nos editais de licitação:

I - Exigência de comprovação de que os gêneros alimentícios provêm dos fornecedores da agricultura familiar e de produção própria;

II - A liberação de pagamento aos Beneficiários Fornecedores, referente aos valores correspondentes às aquisições da agricultura familiar, dar-se-á mediante apresentação da nota fiscal dos agricultores familiares após a entrega estabelecida em cronograma firmado.

**§ 3º** - A observância de reserva do percentual previsto no caput poderá ser dispensada nos seguintes casos:

I - Não atendimento das chamadas públicas pelos Beneficiários Fornecedores;

II - Impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente pelo Beneficiário Fornecedor;

III - Incidência de pragas ou acidente natural que resulte na perda da produção dos Beneficiários Fornecedores;

IV - Condições higiênico-sanitárias inadequadas, que deverão ser comprovados por Laudos Técnicos emitidos pelo Serviço de Inspeção Municipal – SIM, ou pela Vigilância Sanitária Municipal conforme o caso.

**Art. 12** - Quando as aquisições de gêneros alimentícios forem realizadas com dispensa do procedimento licitatório deverão ser observadas, afóra as normas legais e constitucionais aplicáveis, cumulativamente, as seguintes exigências:

I - compatibilidade dos preços com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo Poder Executivo, por meio de regulamento;

II - comprovação de qualificação pelos beneficiários fornecedores, na forma indicada no § 2º do art. 4º;

III - Os alimentos adquiridos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes, próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e



característicos de hábitos alimentares locais, que podem estar in natura ou beneficiados.

§ 1º - Para a elaboração dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes fontes oficiais, sem prejuízos de outras que o Poder Executivo Municipal deseje adotar:

I - Cotação de preços praticados no mercado local ou regional, prioritariamente;

II - Preços praticados no âmbito do programa de aquisição de alimentos - PAA - (Governo Federal).

§ 2º - Os produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Poder Executivo Municipal, em regulamento.

§ 3º - O cardápio a ser servido nos locais que receberão os gêneros alimentícios adquiridos nos termos desta Lei deverá, obrigatoriamente, ser elaborado a partir dos produtos locais produzidos no Município.

**Art. 13** – Deverá ser respeitado o valor máximo anual de R\$6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais) por modalidade do PMAAF, independentemente dos fornecedores participarem de outras modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PEAAF) do Governo do Estado, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

**Art. 14** - Em caso de determinação de calamidade pública, as aquisições por meio do PMAAF/Compra Direta com Doação Simultânea podem ocorrer sem a necessidade de chamada pública.

**Art. 15** - Fica a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, autorizada a instituir, por ato normativo, o órgão gestor para operar a modalidade do PMAAF/Compra Direta com Doação Simultânea e Compra Institucional Indireta.

### CAPÍTULO III

#### DO COMITÊ GESTOR DO PMAAF

**Art. 16** - Será constituído o Comitê Gestor do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF, com o objetivo de acompanhar e monitorar a implementação e gestão, ações correlatas às compras governamentais, tendo a seguinte composição:







**I - 50%** (cinquenta por cento) composta de representantes da sociedade civil, assegurada à participação de representação dos agricultores e agricultoras familiares e outras categorias de interesse desta política pública; fóruns, redes de empreendimentos e uniões de associações e cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, com prioridade para as que são compostas por mulheres rurais;

**II - 50%** (cinquenta por cento) composta de representantes do Governo Municipal de Jupi.

**§ 1º** - Fica assegurada na composição do Comitê Gestor do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF, como membro independente, uma representação (titular e suplente) do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras, Agricultores e Agricultoras Familiares Rurais de Jupi.

**§ 2º** - Os integrantes do Comitê Gestor serão nomeados pelo Prefeito no âmbito do governo municipal e os integrantes da sociedade civil organizada serão nomeados pelo CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Jupi.

**§ 3º** - Caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente a coordenação do Comitê Gestor do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PMAAF.

**Art. 17** - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação.

**Art. 18** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 19** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 23 de setembro de 2021.

  
Paulo César Cordeiro Vilela  
**PRESIDENTE**



PROJETO DE LEI N.º 010/2021.



Protocolo: 7755-08 - Emitido: 23/08/2021 13:55  
Interessado: VEREADOR  
Destinatário: CAMARA DE JUPI  
Setor: SECRETARIA  
Natureza: PROJETO DE LEI - Usu: Câmara Mu

**EMENTA:** Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências.

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, pelo que determina o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação do Plenário o seguinte **Projeto de Lei**:

## CAPÍTULO I

### DO PROGRAMA MUNICIPAL DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

**Art. 1º** - Esta Lei institui o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF, bem como dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi.

**Parágrafo Único** - O PMAAF tem a finalidade de garantir a aquisição direta de produtos agropecuários, extrativistas, produtos lácteos e resultantes da atividade pesqueira, in natura e beneficiados produzidos por agricultores familiares, pescadores artesanais, criadores de rebanhos e pelos beneficiários da reforma agrária, que se enquadrem nas disposições na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

**Art. 2º** - Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - Agricultura familiar: aquela definida na Lei Federal nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais - PRONAF;

II - Fornecedores: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas, agricultores familiares urbanos e pescadores artesanais que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - DAP Pessoa Física e/ou CAF Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.







**II – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF:** Instituído pelo Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, que regulamenta a Lei da Agricultura Familiar, define, de forma objetiva, o Público Beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar e qualifica os empreendimentos familiares rurais;

**IV - Produtos orgânicos:** Aqueles oriundos de sistema de produção definido nos termos do art. 1º da Lei Federal nº. 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

**V -Produtos agroecológicos:** Aqueles definidos nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto Federal nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO;

**VI - Produtos manufaturados:** Aqueles fabricados a partir de alimentos in natura, que passaram por processo de manipulação, beneficiamento, transformação ou industrialização;

**VII -Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP:** Documento de aptidão às políticas públicas federais direcionadas à agricultura familiar, que identifica o beneficiário da referida Política;

**VIII - Chamada Pública:** Procedimento administrativo voltado à seleção da melhor proposta para aquisição de produtos de beneficiários fornecedores;

**IX – Comissão de Credenciamento:** Comissão composta de servidores públicos designados pela Administração, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à Chamada Pública;

**X -Formulário de proposta de venda:** Documento anexo ao edital de Chamada Pública, a ser preenchido pelo agricultor familiar, empreendedor familiar rural, com as informações de identificação, a relação de produtos a serem fornecidos e suas respectivas quantidades, bem como o cronograma de entrega.

**Art. 3º - O Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF, citados no caput, o Município se guiará pelas seguintes diretrizes:**

**I - Viabilização do suporte técnico e financeiro necessário;**

**II - Desenvolvimento de atividades de formação profissional, especialmente nas áreas da produção, da administração, da cooperação e da comercialização;**

**III - Estímulo à inserção dos beneficiários na economia municipal, em especial com mecanismos que estimulem a comercialização dos produtos oriundos da Agricultura Familiar;**

**IV - Estímulo à utilização de selo de identificação de origem e qualidade dos produtos oriundos da Agricultura Familiar, em observância a legislação vigente;**



I - Articular-se com núcleos de extensão e pesquisa em Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito das universidades e institutos federais de ensino que atuam no Estado de Pernambuco, para apoio ao desenvolvimento de atividades acadêmicas inerentes ao programa;

II - Estabelecimento de cardápios adaptados às potencialidades regionais, bem como às safras agrícolas, junto aos órgãos da Administração Pública Municipal que executam serviços de alimentação.

## CAPÍTULO II

### DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

**Art. 4º** - As aquisições de alimentos da agricultura familiar serão realizadas mediante articulação das ações referentes ao planejamento e à gestão de compras, visando propiciar maior agilidade e transparência no processo de aquisição dos gêneros alimentícios.

**§ 1º** - Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal informarão ao Órgão Gestor do Sistema de Compras a previsão de aquisição de gêneros alimentícios ofertados pelos beneficiários fornecedores.

**§ 2º** - Podem participar do processo de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, todos os fornecedores residentes e domiciliados no Município de Jupi citados no inciso II do Artigo 2º e que se enquadrem nas disposições na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

**§ 3º** - A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores será feita por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, ou por outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação.

**§ 4º** - A Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente ou entidade a essa vinculada, instituirá e coordenará o Cadastro Municipal de Fornecedores da Agricultura Familiar.

**Art. 5º** - As Aquisições de Alimentos através do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF serão executadas nas seguintes modalidades:

I – Compra Institucional Indireta;

II - Compra Direta com Doação Simultânea.





**Art. 6º** - A aquisição de gêneros alimentícios realizada pelo Município, dar-se-á por meio de chamadas públicas ou mediante dispensa de procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente.

**Parágrafo Único** - Nas aquisições com dispensa do procedimento licitatório será realizado processo que garanta impessoalidade na escolha do fornecedor, adotando-se, preferencialmente, chamamento público.

**Art. 7º** - A Compra Institucional Indireta é a modalidade de aquisição de gêneros alimentícios destinada à alimentação preparada, na qual o Município contrata fornecedores que incorporará alimentos ao cardápio de hospitais, fórum, delegacias, UBS's, Secretarias Municipais, equipamento municipal de alimentação e nutrição e demais órgãos do Governo Municipal.

**Parágrafo Único** - Caberá a Secretaria Municipal de Administração determinar os quantitativos de alimentos que cada setor deverá receber conforme sua necessidade.

**Art. 8º** - A modalidade do PMAAF/Compra Institucional indireta será viabilizada a partir de recursos financeiros do Governo Municipal destinados à aquisição de gêneros alimentícios.

**Art. 9º** - A Compra Direta com Doação Simultânea consiste na aquisição de gêneros alimentícios, destinado as famílias em situação de vulnerabilidade social, associações rurais e urbanas.

**Parágrafo Único** - Caberá a Secretaria de Assistência Social a seleção e priorização das famílias vulneráveis, bem como das entidades socioassistenciais e associações rurais que receberão os produtos oriundos do PMAAF por meio da Compra Direta com Doação Simultânea.

**Art. 10** - A modalidade de PMAAF/Compra Direta com Entrega Simultânea será viabilizada com recursos oriundos do Tesouro Municipal - Previsão no Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos - Órgão: 02 - Poder Executivo.

**Parágrafo Único** - Admite-se também como fonte financiadora desta modalidade de compra de alimentos, recursos provenientes de acordos de cooperação, termo de parceria e demais instrumentos de regulamentação de acordos financeiros.

**Art. 11** - Do total de recursos financeiros repassados pelo Poder Executivo Municipal para a realização de compras institucionais de gêneros alimentícios, será reservado percentual mínimo de 30% (trinta por cento), a ser destinado à aquisição de alimentos produzidos por agricultores e agricultoras familiares, pescadores artesanais e pelos beneficiários e beneficiárias da reforma agrária.



§ 1º - O processo de aquisição dos gêneros alimentícios dos fornecedores indicados no caput será objeto de chamada pública paralela, de forma a proporcionar participação isonômica dos produtores na Compra, priorizando a produção realizada por mulheres.

§ 2º - Para contratação de serviços de fornecimento de alimentação, deverá constar nos editais de licitação:

I - Exigência de comprovação de que os gêneros alimentícios provêm dos fornecedores da agricultura familiar e de produção própria;

II - A liberação de pagamento aos Beneficiários Fornecedores, referente aos valores correspondentes às aquisições da agricultura familiar, dar-se-á mediante apresentação da nota fiscal dos agricultores familiares após a entrega estabelecida em cronograma firmado.

§ 3º - A observância de reserva do percentual previsto no caput poderá ser dispensada nos seguintes casos:

I - Não atendimento das chamadas públicas pelos Beneficiários Fornecedores;

II - Impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente pelo Beneficiário Fornecedor;

III - Incidência de pragas ou acidente natural que resulte na perda da produção dos Beneficiários Fornecedores;

IV - Condições higiênico-sanitárias inadequadas, que deverão ser comprovados por Laudos Técnicos emitidos pelo Serviço de Inspeção Municipal – SIM, ou pela Vigilância Sanitária Municipal conforme o caso.

**Art. 12** - Quando as aquisições de gêneros alimentícios forem realizadas com dispensa do procedimento licitatório deverão ser observadas, afóra as normas legais e constitucionais aplicáveis, cumulativamente, as seguintes exigências:

I - compatibilidade dos preços com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo Poder Executivo, por meio de regulamento;

II - comprovação de qualificação pelos beneficiários fornecedores, na forma indicada no § 2º do art. 4º;

III - Os alimentos adquiridos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes, próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e





característicos de hábitos alimentares locais, que podem estar in natura ou beneficiados.

§ 1º - Para a elaboração dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes fontes oficiais, sem prejuízos de outras que o Poder Executivo Municipal deseje adotar:

I - Cotação de preços praticados no mercado local ou regional, prioritariamente;

II - Preços praticados no âmbito do programa de aquisição de alimentos - PAA - (Governo Federal).

§ 2º - Os produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Poder Executivo Municipal, em regulamento.

§ 3º - O cardápio a ser servido nos locais que receberão os gêneros alimentícios adquiridos nos termos desta Lei deverá, obrigatoriamente, ser elaborado a partir dos produtos locais produzidos no Município.

**Art. 13** – Deverá ser respeitado o valor máximo anual de R\$6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais) por modalidade do PMAAF, independentemente dos fornecedores participarem de outras modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PEAAF) do Governo do Estado, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

**Art. 14** - Em caso de determinação de calamidade pública, as aquisições por meio do PMAAF/Compra Direta com Doação Simultânea podem ocorrer sem a necessidade de chamada pública.

**Art. 15** - Fica a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, autorizada a instituir, por ato normativo, o órgão gestor para operar a modalidade do PMAAF/Compra Direta com Doação Simultânea e Compra Institucional Indireta.

### CAPÍTULO III

#### DO COMITÊ GESTOR DO PMAAF

**Art. 16** - Será constituído o Comitê Gestor do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF, com o objetivo de acompanhar e monitorar a implementação e gestão, ações correlatas às compras governamentais, tendo a seguinte composição:



I - 50% (cinquenta por cento) composta de representantes da sociedade civil, assegurada à participação de representação dos agricultores e agricultoras familiares e outras categorias de interesse desta política pública; fóruns, redes de empreendimentos e uniões de associações e cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, com prioridade para as que são compostas por mulheres rurais;

II - 50% (cinquenta por cento) composta de representantes do Governo Municipal de Jupi.

§ 1º - Fica assegurada na composição do Comitê Gestor do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF, como membro independente, uma representação (titular e suplente) do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras, Agricultores e Agricultoras Familiares Rurais de Jupi.

§ 2º - Os integrantes do Comitê Gestor serão nomeados pelo Prefeito no âmbito do governo municipal e os integrantes da sociedade civil organizada serão nomeados pelo CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Jupi.


§ 3º - Caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente a coordenação do Comitê Gestor do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PMAAF.

**Art. 17** - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação.

**Art. 18** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 19** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara de Vereadores de Jupi/PE, em 23 de agosto de 2021.

  
**Luiz Ricardo dos Santos Souza**  
VEREADOR





**ATA**

9ª Reunião Ordinária  
2º Período Legislativo



Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, na Câmara Municipal de Vereadores de Jupi/PE, com as presenças dos 08 (oito) vereadores: **Paulo César Cordeiro Vilela, Lêdson Lins de Oliveira, Antônio Pedro da Silva, Luiz Ricardo dos Santos Souza, Maria Joselma Alves Borges Santos, Fábio Júnior Teixeira, Antônio Liberato Sobrinho e Rezilda Maria Cavalcante Ferreira.** Ausente com justificativa o vereador **Dielson Miguel Vieira.** O Sr. Presidente inicia a reunião às 15:21h, informa que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela Rádio Líder FM - 87.9 de Jupi e registra a presença da professora Jéssica Viliana da Silva, é formada em Mestrado de Educação Contemporânea pela UFPE e pelo CCAA, membro do Grupo de Pesquisa de Cursos e Práticas Educacionais na linha infância, Alteridade da Educação na Infância, Pedagoga pela UFPE, Psicopedagoga e atualmente Supervisora Pedagógica em uma escola municipal no município de São Caetano/PE. Faz-se a leitura da Ata da reunião anterior que foi posta em votação, sendo **aprovada** por unanimidade. Na pauta do dia, faz-se a leitura da **Subemenda nº. 001/2021**, com sua devida justificativa, de autoria do vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza, que versa: "Dê-se a seguinte redação ao inciso **V** e **Parágrafo Único** do Artigo 3º e **Inciso III** do Artigo 5º, propostos ao Projeto de Lei nº. 007/2021, pela **Emenda Aditiva nº 001/2021**". O vereador autor faz uma breve explicação das alterações para a devida apreciação dos digníssimos vereadores. Faz-se a leitura das **Emendas**, de autoria do vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza com referência ao Projeto de Lei nº. 007/2021, do Executivo Municipal, que tem como Ementa: Dispõe sobre a criação do Programa **cuidado íntimo** no Município de Jupi e dá outras providências", e todas



com as devidas justificativas: **Aditiva nº. 001/2021**, que Adiciona-se os incisos IV, V e Parágrafo Único ao Artigo 3º e incisos I, II, III, IV, V, VI ao Artigo 5º; **Substitutiva nº. 001/2021**, que "Substitui-se o inciso II do Artigo 3º"; **Modificativa nº. 002/2021**, que "Modifica-se os Incisos I e II do Artigo 4º e Artigo 7º" e **Supressiva nº. 002/2021**, que "Suprime-se o Artigo 5º". As Proposições foram postas em primeira votação: **Subemenda nº. 001/2021**, foi **reprovada** por 04 (quatro) votos contrários dos vereadores: Lêdson Lins, Joselma Borges, Fábio Teixeira e Rezilda Cavalcante; 02 (dois) votos favoráveis dos vereadores: Luiz Ricardo e Antônio Liberato e 01 (uma) abstenção do vereador Antônio Pedro; **Emenda Aditiva nº. 001/2021**, foi **aprovada** por 05 (cinco) votos favoráveis dos vereadores: Rezilda Cavalcante, Fábio Teixeira, Antônio Liberato, Joselma Borges e Luiz Ricardo; 01 (um) voto contrário do vereador Lêdson Lins e 01 (uma) abstenção do vereador Antônio Pedro; **Emenda Substitutiva nº. 001/2021**, foi **aprovada** por 04 (quatro) votos favoráveis dos vereadores: Fábio Teixeira, Antônio Liberato, Joselma Borges e Luiz Ricardo; 02 (dois) votos contrários do vereador: Rezilda Cavalcante e Lêdson Lins e 01 (uma) abstenção do vereador Antônio Pedro; **Emenda Modificativa nº. 002/2021**, foi **aprovada** por 04 (quatro) votos favoráveis dos vereadores: Fábio Teixeira, Antônio Liberato, Joselma Borges e Luiz Ricardo; 02 (dois) votos contrários do vereador: Rezilda Cavalcante e Lêdson Lins e 01 (uma) abstenção do vereador Antônio Pedro. **Emenda Supressiva nº. 002/2021**, foi **aprovada** por 05 (cinco) votos favoráveis dos vereadores: Fábio Teixeira, Antônio Liberato, Joselma Borges, Rezilda Cavalcante e Luiz Ricardo; 01 (um) voto contrário do vereador Lêdson Lins e 01 (uma) abstenção do vereador Antônio Pedro. Faz-se a leitura do **Projeto de Lei nº. 007/2021**, do Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a criação do Programa Cuidado Íntimo no município de Jupi e dá outras providências". Com todas as Comissões Permanentes competentes favoráveis, foi posto em primeira votação, sendo **aprovado** por unanimidade.







Todos já tendo conhecimento do **Projeto de Lei nº. 010/2021**, do vereador Luiz Ricardo, que "Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências". Com todas as Comissões Permanentes competentes favoráveis, foi posto em segunda votação, sendo **aprovado** por unanimidade. Faz-se a leitura dos **Requerimentos: Nº. 164/2021**, "Solicitação ao Exmº. Prefeito deste município, Sr. Antonio Marcos Patriota, por intermédio da secretaria competente, veemente apelo no sentido de que seja atendido, em caráter de urgência, o seguinte pleito: Realização de Melhorias na iluminação da entrada, no pátio (futura praça) e demais ruas do Povoado Colônia, que se encontram às escuras" e **nº. 165/2021**, "Solicitação ao Exmº. Prefeito deste município, Sr. Antonio Marcos Patriota, por intermédio da secretaria competente, veemente apelo no sentido de que seja atendido o seguinte pleito: Realização de Gestão Itinerante no Povoado Colônia, com atendimentos em todas as áreas desta administração direcionados à população daquela comunidade e adjacências, com ênfase para os pontos abaixo relacionados: a) Ações complementares em saúde e assistência social; b) Ações específicas de atendimentos da secretaria de agricultura; c) Ações com as máquinas; d) Demandas de abastecimento d'água; e) Levantamento de demandas para recuperação de calçamentos existentes; f) Colocação das luminárias já requeridas em todas as ruas". Ambos de autoria do vereador **Antônio Pedro** que na sua justificativa e diz: O Requerimento nº. 164, trata de melhorias no Povoado de Colônia, numas ruas, pela questão de as pessoas daquele Povoado estarem tendo dificuldade no horário noturno de saírem de suas casas por conta da escuridão. Também enfrentam dificuldades por conta da violência e dos assaltos, e por isso tem que ser providenciado uma melhor atenção nesse sentido. No



Requerimento nº. 165, solicito que a gestão faça um esforço para realizar uma gestão itinerante e que venha a atender demandas que por ventura estão esquecidas. Os Requerimentos foram **aprovados** por unanimidade. Faz-se a leitura dos **Requerimentos: Nº. 166/2021**, "Solicitação ao Exmº. Prefeito, Sr. Antônio Marcos Patriota, por intermédio da secretaria competente, veemente apelo, no sentido de que seja implantado no município de Jupi/PE, um Programa de Regularização Ambiental de Poços Artesianos e Barragens, aderindo a ações conjuntas com diversos órgãos como: Secretaria Estadual de Meio Ambiente, IPA, APAC, Universidades Federais, entre outras" e **nº. 167/2021**, "Solicitação ao Exmº. Prefeito, Sr. Antônio Marcos Patriota, por intermédio da secretaria competente, veemente apelo, no sentido de que seja implantado no município, um Programa de Manejo e Destino de Embalagens de Agrotóxicos, incluindo no mesmo, ações de capacitação de produtores, parcerias com instituições privadas que comercializam os produtos químicos e a destinação correta das embalagens, como também a promoção de distribuição de EPI's (Equipamento de Proteção Individual) para agricultores(as)". Ambos de autoria do vereador Luiz Ricardo que na sua justificativa diz: No Requerimento nº. 166, vem à tona, porque em Jupi a quantidade dos poços artesianos ultrapassa dos 500 (quinhentos) poços perfurados e em sua grande maioria não tem licença ambiental, e hoje o nosso município tem vendas institucionais que fazem a venda para Fast Food a exemplo de McDonald's e outros através de suas empresas. Uma das exigências para que o município possa continuar fazendo esse trabalho é a regularização de suas fontes de água e essas famílias estão sozinhas para essa regularização do sistema. É um custo alto e para cada poço chega em torno dos R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), isso para irrigação, e para a venda de água chega a ser mais caro. No caso das barragens é mais tranquilo esse processo de regularização, tendo em vista que não deixa de ser oneroso, e também iria ter várias parcerias







como a prefeitura, a qual doaria o hidrômetro para o agricultor, que serviria para medir a quantidade de água de cada poço e isso com um acompanhamento de um profissional. Sobre o Requerimento nº. 167, temos vários agricultores do município que usam agrotóxicos, e recentemente faleceu um agricultor, porque o veneno não estava armazenado da forma correta. Nesse sentido, teríamos que ter pessoas capacitadas para manusear todo esse processo e ter o local adequado para a devolução de cada recipiente, depois do uso. Em discussão, o Sr. Presidente parabeniza o vereador pelos Requerimentos e diz que na questão das embalagens dos agrotóxicos é muito importante, porque os agricultores não tem o entendimento de fazer essa prática e também usar os EPI's, para proteger a saúde dos que vivem em plantações diariamente. O vereador **Antônio Liberato** diz que são dois Requerimentos bons, mas fica só uma observação... para que não dê o entendimento de quem tem um poço artesiano na zona rural, que está se criando uma Lei para regularizar. O que o vereador sugere é que seja implantado um programa de regularização desses poços artesanais, com os custos para o município, devido ser muito caros, porque existem pessoas que não tem condições financeiras para isso. No caso da distribuição dos EPI's, acredito que seria para os agricultores já cadastrados. O vereador **Fábio Teixeira** diz que só para enriquecer o Requerimento nº. 166, o homem do campo que tem seu poço, não fique pensando que é obrigatório e que nem irá ter uma contrapartida ainda para que ele faça um poço particular e que ele tenha gastos. O que quer dizer no Requerimento é que irá ter um projeto para regularizar por parte do município e ser gratuito. **Luiz Ricardo** diz que a Lei Ambiental já obriga a todos os poços artesanais serem regularizadas e que todos os poços já estão irregulares, pois estamos aqui propondo um programa para que o município facilite, para que seja o mínimo de custo possível para esses trabalhadores rurais. Os Requerimentos foram **aprovados** por unanimidade. Faz-se a leitura dos **Requerimentos: Nº. 168/2021, "Solicitação ao**



Exmº. Prefeito deste município, Sr. Antônio Marcos Patriota, por intermédio da Diretora Municipal do Meio Ambiente, veemente apelo, no sentido de junto aos órgãos competentes como: IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Polícia Ambiental e Corpo de Bombeiros, tomar as devidas providências para captura de possíveis jacarés existentes na barragem pública do Povoado Santa Rita deste município, com o objetivo de que sejam levados ao seu habitat natural” e nº. 169/2021, “Solicitação ao Exmº. Prefeito deste município, Sr. Antônio Marcos Patriota, veemente apelo, no sentido de seja incentivada a prática da agricultura irrigada no município de Jupi/PE, nas proximidades das barragens comunitárias e demais áreas com capacidade hídrica suficiente, em parceria com as secretarias municipais, estaduais e federais competentes”. Ambos de autoria do vereador **Fábio Teixeira** que diz: Na solicitação de nº. 168, requer que seja feita a captura dos jacarés no açude do Povoado Santa Rita, onde vários moradores reclamam assustados com a presença desses animais. Esses jacarés não estão no seu habitat natural e se não forem tomadas as devidas providências, irá se tornar prejudicial e é uma ameaça para os moradores de toda aquela região, além de em breve estarem em outras barragens. No Requerimento nº. 169, diz que a cultura irrigada gera emprego e renda para todos os agricultores e só precisa da atenção do Executivo Municipal. Em discussão, faz uso da palavra o Sr. Presidente que fala da sua preocupação sobre os jacarés, mas que a barragem fica dentro de um rio e onde tem água, costuma ter estes animais e outros, como cobra jiboia e eles migram para locais onde tem alimentos, e não vê tanto risco para a população. O vereador **Antônio Liberato** se refere ao Requerimento nº. 168 e diz que também foi procurado por moradores daquela localidade, os quais estavam muitos preocupados. Informa que teve uma conversa com a Diretora de Meio Ambiente para a mesma entrar em contato com os órgãos competentes, para que eles digam o que de fato deve ser feito. Relata que uma sobrinha sua





residente em São Paulo, esteve muito preocupada e entrou em contato com a Secretaria de Meio Ambiente de lá, e pediram que buscasse contato com a de Pernambuco para resolver esse problema, e se tivesse tanto perigo eles tinham lido. O vereador **Luiz Ricardo** fala sobre o Requerimento nº. 168 e diz que entende a preocupação do vereador, mas que também existe a questão do ecossistema. Numa pesquisa, relata que antes de existir a barragem, existia um rio naquele local e numa outra pesquisa sobre a região de caatinga. Relata que nossa região abriga em média, 178 (cento e setenta e oito) espécies de mamíferos e dentre eles está o jacaré. Propõe que se faça um estudo através da entidade competente que é o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para verificar se eles não estão no seu habitat e seja um dano tirar de lá. O vereador **Antônio Liberato** fala que seria natural se ele tivesse chegado até lá, mas segundo comentários foi levado. **Luiz Ricardo** diz que caberia estudos para saber se não estaríamos infringindo o meio ambiente. **Antônio Pedro** diz que a única preocupação é tirar o jacaré e cita episódio de uma cobra, ocasião em que foi chamado o IBAMA e não vieram. **Lêdson Lins** diz que é importante a preocupação do vereador Fábio, mas com quarenta anos de existência dessa barragem, só agora que apareceram jacarés e por isso temos que considerar que não é o habitat natural dele. Relata que é uma barragem usada para vários fins, foi depositado jacarés e é de extrema irresponsabilidade de quem os colocou. Em seguida os Requerimentos foram postos em votação, sendo **aprovados** por unanimidade. Faz-se a leitura do **Requerimento nº. 170/2021**, da vereadora Rezilda Cavalcante, "Solicitação ao Exmº. Prefeito deste município, Sr. Antônio Marcos Patriota, por intermédio da secretaria competente, veemente apelo, no sentido de realizado os seguintes pleitos nesta cidade: - Limpeza dos matos nas ruas e calçadas; - Retirada constante dos lixos e metralhas nos terrenos baldios, ruas e principalmente nas entradas da



cidade; - Pintura dos paralelepípedos em geral". Na sua justificativa a vereadora diz que andando pela cidade, observou a necessidade de que seja realizada a limpeza urbana nas ruas com as retiradas dos lixos e metralhas, bem como realizada a capinação. Fala que é prejudicial à saúde, devido à proliferação de insetos nos locais desses lixos e metralhas. Relata que um local limpo, não só irá deixar a cidade organizada, como também embelezar e que sempre foi realizado esse trabalho na cidade, só que ultimamente tem deixado a desejar. Como se aproxima a festa de Nossa Senhora do Rosário, seria um momento propício para a realização desse trabalho, sem dizer que Jupi é uma cidade que constantemente recebe visitantes de outras cidades. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. Faz-se a leitura dos **Requerimentos: Nº. 171/2021**, "Solicitação ao Exmº. Prefeito deste município, Sr. Antônio Marcos Patriota, por intermédio da Secretaria competente, veemente apelo, no sentido de que seja realizado os seguintes pleitos para o Povoado Santa Rita deste município: - Construção de um reservatório para canalização da galeria e coleta de dejetos; - Substituição de parte da rede de esgoto" e **nº. 174/2021**, "Solicitação ao Exmº. Prefeito deste município, Sr. Antônio Marcos Patriota, por intermédio da secretaria competente, veemente apelo, no sentido de que seja disponibilizado transporte de apoio, no intuito de conduzir os pacientes em casos de emergência do Povoado de Santa Rita deste município e comunidades adjacentes, ao Hospital Municipal Claudina Teixeira Lima, desta cidade". Ambos de autoria do Vereador **Antônio Liberato** que diz: O Requerimento nº. 171, trata da substituição de um problema existente no Povoado Santa Rita e que esse ano já houve entupimento por três vezes na tubulação. No ensejo, parabeniza a equipe do Sr. Mário e que seria viável fazer a troca de parte da tubulação, para que fosse resolvido o problema, bem como, a construção de um reservatório de coleta dos dejetos que vem dessa tubulação, ao invés de jogar a céu aberto e dessa forma





evitaria a proliferação de doenças à saúde pública. Sobre o Requerimento nº. 174, diz que muitas vezes à noite às pessoas adoecem e tem muitos casos de emergência. A maioria nem tem transporte e nem condições financeiras de pagar um transporte para vir até o hospital, pois necessitaria também esse transporte para essa região, uma vez que em outras localidades do município, esse trabalho é realizado. Com os Requerimentos em discussão, o Sr. Presidente parabeniza o vereador autor e diz que é de fundamental importância, pois se trata de saúde pública. No ensejo, diz que na gestão passada solicitou um Requerimento nesse sentido, sobre a disponibilização de um transporte para conduzir todos os pacientes para as UBS do município, como também para o hospital Municipal Claudina Teixeira. Os Requerimentos foram **aprovados** por unanimidade. Faz-se a leitura dos **Requerimentos: Nº. 172/2021**, "Solicitação ao Prefeito deste município Sr. Antônio Marcos Patriota, por intermédio da Secretaria competente, veemente apelo, no sentido de que seja realizado a coleta de lixo e a instalação de lixeiras/pontos de coleta na Zona Rural do município" e **nº. 173/2021**, "Solicitação ao Prefeito deste município Sr. Antônio Marcos Patriota, por intermédio da Secretaria competente, veemente apelo, no sentido de que seja realizado serviço de manutenção, restauração e implantação de Iluminação Pública na Zona Rural do município de Jupi-PE". Ambos de autoria do vereador **Lêdson Lins** que na sua justificativa diz que a solicitação de nº. 172, são pedidos dos moradores da zona rural, no sentido de estabelecer em lugares específicos em cada região um ponto próprio para o depósito de lixo, para que o caminhão possa recolher, uma vez que, a coleta de lixo da zona rural, demora mais um pouco para ser realizada. Relata que estabelecia um local de container lixeiras, com formato grande em pontos estratégicos nos setores rurais. Sobre o pedido nº. 173, diz que já foi solicitado a iluminação das ruas da cidade, as quais já foram substituídas por lâmpadas de Led e já existe uma discussão, que é bem ampla, sobre a taxa de



iluminação pública, a qual também os moradores da zona rural jogam. Por isso, nada mais justo do que proporcionar qualidade e uma boa iluminação pública para os setores da zona rural e a sugestão seria reaproveitar todas essas lâmpadas da cidade que foram trocadas. Com os Requerimentos em discussão, faz uso da palavra o vereador **Luiz Ricardo** que diz já existir um Requerimento na Casa que aborda a questão da iluminação na zona rural, mas que é favorável. **Antônio Liberato** diz que sobre o Requerimento nº. 172, a coleta de lixo já é feita no Povoado Santa Rita, semanalmente, mas que não tem os coletores, e no percurso até o Povoado, é coletado todo o lixo da zona rural. Seria importante também esses coletores, pois em locais afastados da rua as pessoas jogam o lixo no chão e dessa forma torna-se um lixão. O Sr. Presidente parabeniza os Requerimentos e sobre o Requerimento semelhante, que possam ser atendidos, que o Secretário Municipal de Administração possa viabilizar e atender esses pedidos para melhor comodidade da região. O vereador **Fábio Teixeira** diz que já teve reclamação por vários moradores dizendo serem prejudicados pelo fato de pagar algo que não lhe traz benefício, como é o caso da iluminação pública. Os Requerimentos foram **aprovados** por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente encerrou o **Primeiro Expediente**. Inicia-se o **Segundo Expediente**: O Sr. Presidente franqueia a palavra à Sra. Jéssica Viliana, Professora, a qual cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade de se expressar e diz que não conhece Jupi e estar nesta Casa hoje, é uma forma de conhecer toda a população de Jupi através desta Casa de vereadores. Diz que que é professora e faz um trabalho na cidade de São Caetano sobre a pobreza menstrual, atualmente é pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco, é mestranda na Universidade Federal de Caruaru/PE, pesquisadora sobre Infância e Educação Inclusiva, e diz que a minoria da população sempre foi algo que lhe impactou pelo fato de ser filha de agricultor analfabeto







e com baixas condições financeiras, por isso que essa questão de absorvente lhe impacta muito. Relata que quando criança, chegou a usar pano ao invés de absorvente e que nas primeiras menstruações a quantidade de sangue é muito grande. Usar o pano não é bem saldável, devido a forma de como vai ser lavado. Na cidade de São Caetano começou um projeto com mulheres, onde foi realizada uma campanha de absorventes e foi arrecadada uma grande quantidade. No ensejo, disponibilizou seu instagram que é “euvivamulher”, e diz que todo esse material arrecadado foi distribuído em bairros mais carentes. O resultado desse trabalho foi o agradecimento por muitas que diziam que ainda usava o paninho e esse absorvente vai dar para abastecer esse pessoal até fim de dezembro. Relata que ficou feliz sobre as Emendas que se referem ao Projeto nº. 007/2021 do Executivo Municipal e fica surpresa, porque vieram de um homem e isso mostra a sensibilidade e também pelo cuidado de que todos tiveram de observar e de melhorar o texto. Finaliza parabenizando Jupi por ter escolhido os vereadores que aqui estão e por ter visto a preocupação de cada vez melhorar o texto de cada Emenda apresentada. Se coloca à disposição de todos e do município, e nesse sentido que Jupi possa se unir a São Caetano, para se aprofundar mais nesse objetivo, com esse Projeto. Por ordem dos inscitos, usa da palavra o vereador **Fábio Teixeira** que cumprimenta a todos e comunica que hoje inicia a festa de São Miguel Arcanjo, no Sítio Raposa, que vai até o dia 25 deste mês e convida todos para se fazerem presentes. Relata que a festa social não vai acontecer ainda devido essa pandemia e a festa religiosa irá acontecer com todas as determinações determinadas pela Secretaria de Saúde do Estado. Agradece à Secretaria competente em atender ao pedido da recuperação do calçamento e iluminação em frente à Igreja do Sítio Raposa e diz que é um local que abrilhanta aquela comunidade, como também já está começando a construção da pracinha no Sítio Pau-Ferro, onde já estão sendo plantadas as mudas de



árvores. **Antônio Pedro** cumprimenta a todos e frisa sobre uma postagem maldosa feitas nas redes sociais, sobre a Escola Municipal Professor Fausto Cordeiro de um blog denominado de "Blog do Agreste". Acredita terem pego uma foto de alguém e eceram comentários com ofensas, denegrindo a imagem da referida escola através do seu Diretor. Diz que divulgaram o pronunciamento com outras formas de esclarecimentos, que tratava da culminância de um projeto das turmas da educação de Jovens e Adultos, projeto esse que tratava sobre gênero textual trabalhado através da música brega. Relata que a música brega é um estilo muito aceito pela maioria da população e foram várias participações com interpretações na parte teatral. Pois, um certo irresponsável, por apenas ver a figura de um aluno interpretando o texto da música com um litro vazio, deturpou a interpretação, taxando como escândalo aquela peça teatral. Diz que está apenas esclarecendo a verdade e que esse mesmo blogueiro divulgue a verdade, porque foi um projeto e que não se tratava do uso de bebida alcoólica e que foi tido todos os cuidados com relação à pandemia. No evento, foi tida a presença de professores e autoridades como alguns secretários municipais. E não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente fez suas considerações finais e declara encerrada a Sessão às 17:37h, marcando a próxima reunião para o dia 29 do mês e ano em curso, no mesmo horário e local de costume. Do que para constar, eu, Paulo Henrique Dantas Barreto, Secretário "Ad hoc", lavrei a presente ata que após lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Mesa Diretora desta Casa Legislativa. Jupi/PE, em 22 de setembro de 2021.

  
Paulo César Cordeiro Vilela  
PRESIDENTE

  
Lédson Lins de Oliveira  
VICE-PRESIDENTE

  
Antônio Pedro da Silva  
SECRETÁRIO







**COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

**ATA**

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), na sala das Comissões no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi/PE, às 08:20h da manhã, reuniram-se os membros da aludida comissão, com a finalidade de discussão e posterior, emissão de Pareceres relativos aos **Projetos de Lei: Nº. 007/2021**, do Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a criação do Programa Cuidado Íntimo no município de Jupi e dá outras providências" e **nº. 010/2021**, do vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza, "Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências". Estando presentes todos os membros desta Comissão, foi declarada aberta a sessão onde os vereadores passaram a análise dos citados Projetos, para emissão dos necessários Pareceres pelo Relator, que farão parte dos mesmos. Assim sendo, todos os membros estando de acordo com as especificações neles contidas, verificando que estão tecnicamente corretos, decidem optar pela **aprovação** dos mencionados Projetos. E, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 09:03h. Do que para constar foi lavrada a presente ata para fins de registro em livro próprio desta Comissão, para que se produzam os devidos e legais efeitos perante a Lei. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi-PE, em 14 de setembro de 2021.

  
Lédson Lins de Oliveira  
PRESIDENTE

  
Antônio Pedro da Silva  
RELATOR

  
Antônio Liberato Sobrinho  
VOGAL





**COMISSÃO PERMANENTE DE REDAÇÃO**

**ATA**

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), na sala das Comissões no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi/PE, às 09:12h da manhã, reuniram-se os membros da aludida comissão, com a finalidade de discussão e posterior, emissão de Pareceres relativos aos **Projetos de Lei: Nº. 007/2021**, do Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a criação do Programa Cuidado íntimo no município de Jupi e dá outras providências" e **nº. 010/2021**, do vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza, "Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências". Estando presentes todos os membros desta Comissão, foi declarada aberta a sessão onde os vereadores passaram a análise dos citados Projetos, para emissão dos necessários Pareceres pelo Relator, que farão parte dos mesmos. Assim sendo, todos os membros estando de acordo com as especificações neles contidas, verificando que estão tecnicamente corretos, decidem optar pela **aprovação** dos mencionados Projetos. E, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 09:56h. Do que para constar foi lavrada a presente ata para fins de registro em livro próprio desta Comissão, para que se produzam os devidos e legais efeitos perante a Lei. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi-PE, em 14 de setembro de 2021.

Fábio Junior Teixeira  
PRESIDENTE

Maria Joselma Alves Borges Santos  
RELATORA

Dielson Miguel Vieira  
VOGAL





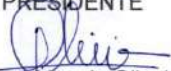


**COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**ATA**

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), na sala das Comissões no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi/PE, às 10:10h da manhã, reuniram-se os membros da aludida comissão, com a finalidade de discussão e posterior, emissão de Pareceres relativos aos **Projetos de Lei: Nº. 007/2021**, do Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a criação do Programa Cuidado Íntimo no município de Jupi e dá outras providências" e nº. **010/2021**, do vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza, "Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências". Estando presentes todos os membros desta Comissão, foi declarada aberta a sessão onde os vereadores passaram a análise dos citados Projetos, para emissão dos necessários Pareceres pelo Relator, que farão parte dos mesmos. Assim sendo, todos os membros estando de acordo com as especificações neles contidas, verificando que estão tecnicamente corretos, decidem optar pela **aprovação** dos mencionados Projetos. E, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 10:41h. Do que para constar foi lavrada a presente ata para fins de registro em livro próprio desta Comissão, para que se produzam os devidos e legais efeitos perante a Lei. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi-PE, em 14 de setembro de 2021.

  
Antônio Liberato Sobrinho  
PRESIDENTE

  
Lédson Lins de Oliveira  
RELATOR

  
Fábio Júnior Teixeira  
VOGAL



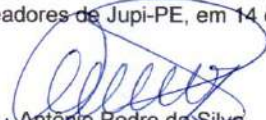


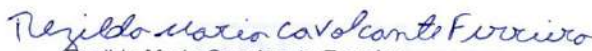
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPI  
*Casa Zylmiro Guilherme*


**COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE**

**ATA**

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), na sala das Comissões no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi/PE, às 10:58h da manhã, reuniram-se os membros da aludida comissão, com a finalidade de discussão e posterior, emissão de Pareceres relativos aos **Projetos de Lei: Nº. 007/2021**, do Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a criação do Programa Cuidado íntimo no município de Jupi e dá outras providências" e **nº. 010/2021**, do vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza, "Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências". Estando presentes todos os membros desta Comissão, foi declarada aberta a sessão onde os vereadores passaram a análise dos citados Projetos, para emissão dos necessários Pareceres pelo Relator, que farão parte dos mesmos. Assim sendo, todos os membros estando de acordo com as especificações neles contidas, verificando que estão tecnicamente corretos, decidem optar pela **aprovação** dos mencionados Projetos. E, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 11:35h. Do que para constar foi lavrada a presente ata para fins de registro em livro próprio desta Comissão, para que se produzam os devidos e legais efeitos perante a Lei. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi-PE, em 14 de setembro de 2021.

  
Antônio Pedro da Silva  
PRESIDENTE

  
Reizilda Maria Cavalcante Ferreira  
RELATORA

  
Maria Joselma Alves Borges Santos  
VOGAL







**COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO,  
AGRICULTURA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE**

**ATA**

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), na sala das Comissões no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi/PE, às 11:49h da manhã, reuniram-se os membros da aludida comissão, com a finalidade de discussão e posterior, emissão de Parecer relativo ao **Projeto de Lei nº. 010/2021**, do vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza, "Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências". Estando presentes todos os membros desta Comissão, foi declarada aberta a sessão onde os vereadores passaram a análise do citado Projeto, para emissão do necessário Parecer pelo Relator, que fará parte do mesmo. Assim sendo, todos os membros estando de acordo com as especificações nele contidas, verificando que está tecnicamente correto, decidem optar pela **aprovação** do mencionado Projeto. E, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 12:17h. Do que para constar foi lavrada a presente ata para fins de registro em livro próprio desta Comissão, para que se produzam os devidos e legais efeitos perante a Lei. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi-PE, em 14 de setembro de 2021.

  
Luiz Ricardo dos Santos Souza (F)

PRESIDENTE

  
Dielson Miguel Vieira (F)

RELATOR

  
Antônio Pedro da Silva (F)

VOGAL



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPI  
*Casa Zylmíro Guilherme*



OFÍCIO CIRCULAR Nº. 009/2021

Jupi, em 24 de agosto de 2021.

Senhores(as) Presidentes,

Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando em anexo, para a devida análise e se necessário emissão de **Parecer**, em conformidade com as normas regimentais, cópia dos **Projetos de Leis**, conforme abaixo relacionados:

- Nº. 007/2021, do Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a criação do Programa Cuidado Íntimo no município de Jupi e dá outras providências";


- Nº. 009/2021, autoria do vereador Lédson Lins de Oliveira, que "Institui a Semana da Pessoa com Deficiência no município de Jupi e dá outras providências".

- Nº. 010/2021, autoria do vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza, que "Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências".

- Nº. 011/2021, autoria do vereador Antônio Liberato Sobrinho, que "Denomina nome de prédio e via pública do município de Jupi, Estado de Pernambuco, e dá outras providências".

Sendo o que apresentamos para o momento, renovamos protestos de elevado apreço e distintas considerações.

Atenciosamente,

  
Paulo César Cordeiro Vilela  
PRESIDENTE



Protocolo: 7774-08 - Emitido: 24/08/2021 13:43  
Interessado: Presidente  
Destinatário: CAMARA DE JUPI  
Setor: Presidentes Comissões  
Natureza: OFÍCIO - Usu: Câmara Mu

Ilmos(as). Presidentes  
Comissões Permanentes da Câmara Municipal  
Jupi – PE.





**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

A Comissão de Legislação e Justiça, hoje se reúne para apreciação ao projeto de Lei nº. 010/2021, do Vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza, que dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências".

**RELATÓRIO**

No prazo regimental, esta comissão permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi, recebeu para exame e emissão do necessário parecer do citado projeto.

**VOTO DO RELATOR**

Examinando o mencionado PROJETO, acato as alegações constantes no mesmo, considerando-o constitucional, legal, tecnicamente correto e, no mérito, o acolho, razão pela qual voto pela APROVAÇÃO do mesmo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jupi-PE, em 14 de setembro de 2021.

  
Lédson Lins de Oliveira ( F )  
**PRESIDENTE**

  
Antônio Pedro da Silva ( F )  
**RELATOR**

  
Antônio Liberato Sobrinho ( F )  
**VOGAL**

OBS: conversão- (F) significa Favorável e (C) Contrário





## COMISSÃO DE REDAÇÃO

A Comissão de Redação, hoje se reúne para apreciação ao **Projeto de Lei nº. 010/2021**, do Vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza, que "Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências".

## RELATÓRIO


No prazo regimental, esta comissão permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi, recebeu para exame e emissão do necessário parecer do citado projeto.

## VOTO DO RELATOR

Examinando o mencionado **PROJETO**, acato as alegações constantes no mesmo, considerando-o constitucional, legal, tecnicamente correto e, no mérito, o acolho, razão pela qual voto pela **APROVAÇÃO** do mesmo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jupi-PE, em 14 de setembro de 2021.

  
Fábio Júnior Teixeira ( F )  
**PRÉSIDENTE**

  
Maria Joselma Alves Borges Santos ( F )  
**RELATORA**

  
Dielson Miguel Vieira ( F )  
**VOGAL**

OBS: conversão- (F) significa Favorável e (C) Contrário







COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE

A Comissão de Educação, Cultura e Saúde, hoje se reúne para apreciação ao **Projeto de Lei nº. 010/2021**, do Vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza, que “Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências”.

RELATÓRIO


No prazo regimental, esta comissão permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi, recebeu para exame e emissão do necessário parecer do citado projeto.

VOTO DO RELATOR

Examinando o mencionado **PROJETO**, acato as alegações constantes no mesmo, considerando-o constitucional, legal, tecnicamente correto e, no mérito, o acolho, razão pela qual voto pela **APROVAÇÃO** do mesmo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jupi-PE, em 14 de setembro de 2021.

  
Antônio Pedro da Silva ( F )  
**PRESIDENTE**

  
Rezilda Maria Cavalcante Ferreira ( F )  
**RELATORA**

  
Maria Joselma Alves Borges Santos ( F )  
**VOGAL**

OBS: conversão- (F) significa Favorável e (C) Contrário



## MISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento, hoje se reúne para apreciação ao Projeto de Lei nº. 010/2021, do Vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza, que "Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências".

### RELATÓRIO

No prazo regimental, esta comissão permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi, recebeu para exame e emissão do necessário parecer do citado projeto.

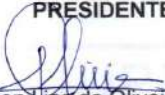
### VOTO DO RELATOR

Examinando o mencionado PROJETO, acato as alegações constantes no mesmo, considerando-o constitucional, legal, tecnicamente correto e, no mérito, o acolho, razão pela qual voto pela **APROVAÇÃO** do mesmo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jupi-PE, em 14 de setembro de 2021.

  
Antônio Liberato Sobrinho ( F )

**PRESIDENTE**

  
Lédson Lima de Oliveira ( F )

**RELATOR**

  
Fábio Júnior Teixeira ( F )

**VOGAL**

OBS: conversão- (F) significa Favorável e (C) Contrário





CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPI  
*Casa Zylmíro Guilherme*

**COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO,  
AGRICULTURA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE**

A Comissão de Desenvolvimento Agropecuário, Agricultura Familiar e Meio Ambiente, hoje se reúne para apreciação ao **Projeto de Lei nº. 010/2021**, do Vereador Luiz Ricardo dos Santos Souza, que "Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências".


**RELATÓRIO**

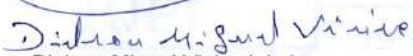
No prazo regimental, esta comissão permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi, recebeu para exame e emissão do necessário parecer do citado projeto.

**VOTO DO RELATOR**

Examinando o mencionado **PROJETO**, acato as alegações constantes no mesmo, considerando-o constitucional, legal, tecnicamente correto e, no mérito, o acolho, razão pela qual voto pela **APROVAÇÃO** do mesmo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jupi-PE, em 14 de setembro de 2021.

  
Luiz Ricardo dos Santos Souza ( F )  
**PRESIDENTE**

  
Dielson Miguel Vieira ( F )  
**RELATOR**

  
Antônio Pedro da Silva ( F )  
**VOGAL**

OBS: conversão- (F) significa Favorável e (C) Contrário





## RESUMO DA VOTAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº. 010/2021

**EMENTA:** Dispõe sobre Instituição do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Jupi, e dá outras providências.

### Autoria do Legislativo Municipal

**REUNIÃO DA VOTAÇÃO:** 9ª Reunião Ordinária 2º Período Legislativo.

**DATA:** 22/09/2021

### RESULTADO DA VOTAÇÃO:

Aprovado por unanimidade

